

**A BORDO DO SANTA MARIA: A LUTA ANTICOLONIALISTA
E A OPOSIÇÃO PORTUGUESA PELAS PÁGINAS DE ULTIMA
HORA (1961)**

**ON BOARD THE SANTA MARIA: THE ANTI-COLONIAL
STRUGGLE AND THE PORTUGUESE OPPOSITION THROUGH
THE PAGES OF *ULTIMA HORA* (1961)**

THIAGO FIDELIS

Universidade de São Paulo, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

fidelisrp@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>

HELOÍSA PAULO

Universidade de Coimbra, CEIS20

heloisapaulo25@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9990-088X>

Texto recebido em / Text submitted on: 20/06/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 29/01/2020

Resumo:

O presente artigo tem como principal objetivo demonstrar como o jornal brasileiro Última Hora (UH), uma das publicações de maior tiragem no Brasil no período, retratou os acontecimentos referentes à tomada do transatlântico Santa Maria, por grupos empenhados no fim dos regimes ditatoriais em Portugal e na Espanha. A abordagem das páginas do diário pautou-se nas ações de Henrique Galvão, apontado como o líder de todo o processo e tendo amplo espaço nas capas e editoriais, durante vários momentos no ano de 1961.

Palavras-chave:

Ultima Hora; Santa Maria; Henrique Galvão; Salazar; Angola.

Abstract:

The present article aims at demonstrating how the *Ultima Hora* (UH), one of the widely-circulated daily-newspapers in Brazil, during that decade, portrayed the events related to *Santa Maria* hijacking by social groups, at the end of dictatorial regimes in Portugal and Spain. The journal approach was guided by Henrique Galvão, who was appointed as the leader of the whole process and who had eminent domain of covers and editorials during several moments in 1961.

Keywords:

Ultima Hora; Santa Maria; Henrique Galvão; Salazar; Angola.

Introdução

As relações entre Portugal e Brasil não foram só marcadas pelos acordos diplomáticos e oficiais entre os dois países. O território brasileiro sempre abrigou um grande número de reinóis, como eram chamados antes de 1822, ou de imigrantes, como passam a ser designados a partir de então. Cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo chegaram a ter uma população portuguesa bem maior do que a de muitas cidades em Portugal. Entre os dois lados do Atlântico circulavam os “brasileiros”, portugueses que retornam ao seu país de origem após ou durante a imigração, e os “galegos”, como eram, por vezes, erroneamente designados os lusos no Brasil.

Ao contingente de imigrantes chegados no século XIX se juntam as primeiras levas de exilados políticos, liberais fugidos do regime miguelista e que fomentaram a criação das primeiras instituições culturais da colônia, como é o caso do Gabinete Português de Leitura, em 18, e tornado “Real”, em 1906; e fundaram os primeiros jornais totalmente voltados para imigrantes, ainda que a percentagem destes que não sabia ler ainda fosse grande (Paulo 2019). Com a implantação da República portuguesa, em 1910, uma nova leva chegou ao Brasil, criando associações de cunho monárquico que passam a competir pelo espaço político da colônia com as associações republicanas já existentes.

Em terra alheia, os exilados reproduzem o debate político do seu país de origem, procurando, entre os seus conterrâneos, o apoio necessário para a continuidade do seu combate político.

Em 1926, quando um golpe militar dá o primeiro passo para uma ditadura que durará 48 anos, o Brasil acolhe então os seus opositores. São republicanos, simpatizantes do socialismo, anarquistas e, a partir do final da Segunda Guerra, comunistas. Chegam como exilados ou emigrados políticos que, tal como os seus antecessores, pretendem levar adiante a sua bandeira de luta contra o regime ditatorial, nomeadamente contra o Salazarismo que se consolida nos anos 30 (Paulo 2009, 2015, 2017).

Possuindo uma formação bem diferente do que a comum ao imigrante económico, o exilado consegue alçar postos na vida cultural do país de acolhimento, permitindo a sua sobrevivência em termos materiais e políticos. Como cronistas, militares como Jaime de Moraes, projetam nos jornais brasileiros uma imagem bem diferente daquela defendida pelos órgãos oficiais do regime português (Vargas 2016). Ainda nos anos quarenta, quando os primeiros artigos dos republicanos exilados começam a circular nos jornais do Rio de Janeiro, é estabelecido um vínculo entre a imprensa local e a oposição exilada que irá se prolongar pelas décadas seguintes (Paulo 2007).

Os opositores passam a contar na sua luta contra o regime português com personalidades brasileiras ligadas ao Partido Socialista, como Hermes de Lima, e ao meio jornalístico e cultural, como Osório Borba, José Eduardo Macedo Soares e Samuel Wainer, os dois primeiros periodistas e deputados, sendo Macedo Soares o fundador do *Diário Carioca*, jornal que abrigou Jaime de Moraes, Sarmiento de Beires, Lúcio Pinheiro dos Santos, Novais Teixeira e outros opositores antissalazaristas (Paulo 2007).

No decorrer destas décadas, mas sobretudo entre 1958, quando o General Humberto Delgado chega ao território brasileiro, até a implantação da ditadura militar em 1964, os antissalazaristas radicados no Brasil, nomeadamente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, terão em setores progressistas do jornalismo local um grande ponto de apoio. A cada eleição onde a oposição concorre em Portugal, os jornais brasileiros oferecem espaço para a propaganda dos opositores, quando esta é interdita em solo português (Paulo 2017). Cada gesto de revolta é acompanhado de perto por estes apoiantes na espera que o regime de Salazar deixe de existir e que os seus amigos exilados possam retornar ao seu país de origem.

Em 1961, a tomada do paquete Santa Maria por um grupo de portugueses e espanhóis, o primeiro ato do terrorismo moderno contra regimes ditatoriais, ganha espaço nos jornais brasileiros. A acção é empreendida em nome do *Directório Revolucionário Ibérico de Libertação* (DRIL), criado por exilados espanhóis e portugueses em território venezuelano, reunindo nomes como Xosé Velo Mosquera, antigo participante da “Mocidade” do Partido Galeguista e membro da guerrilha antifranquista, José Fernández Vázquez (Jorge de Sotomayor), membro da Marinha republicana na Guerra Civil, do lado espanhol, e Humberto Delgado e Henrique Galvão, pelo lado português, ambos ex-membros do regime de Salazar (Paulo 2011).

Após vários atos em território espanhol, a DRIL esquematizou esse acontecimento a nível mundial, procurando chamar a atenção para além de suas fronteiras originais. Um marco importante também é de que, pelo ato ser em área de abrangência internacional, toda a embarcação foi aceite juridicamente como “parcela territorial” de sua terra natal, atrelando a acção ao país de origem: «A tomada pelo DRIL de um navio português ou espanhol significaria a “deposição” de uma das duas ditaduras, um acto político de reivindicação do reconhecimento internacional para a luta pela democracia levada a cabo pelos opositores exilados» (Paulo 2011: 56).

O reconhecimento do ato como não sendo um ato de pirataria, tal como afirmam Portugal e Espanha, é uma derrota para os regimes ditatoriais daqueles países e o apoio dado por Jânio Quadros ao movimento projeta o facto como um acontecimento que extrapola o âmbito ibérico. Além disso, o episódio gerou grande curiosidade tanto da imprensa brasileira quanto da europeia, sendo que, nesse artigo, a ênfase será na cobertura dada pelo jornal brasileiro *Ultima Hora* (UH).

Ultima Hora: entre a audácia e o pragmatismo

No fim da década de 1940, no Brasil, quando as primeiras movimentações ganhavam força para a eleição presidencial do ano seguinte, uma entrevista sedimentou a candidatura do ex-presidente Getúlio Vargas, causando grande impressão no meio político (D’Araújo 1992: 26-28). O repórter responsável pelo facto, Samuel Wainer, tornou-se próximo do político e passou a cobrir toda sua candidatura, bem como seus primeiros passos após a posse, em 1951 (Fidelis 2018: 99-103).

No entanto, por conta de divergências ideológicas e da censura imposta durante parte de seu mandato (no período conhecido como Estado Novo, de 1937 a 1945), praticamente toda a imprensa de grande circulação era contra sua candidatura e, conseqüentemente, endossou a fileira da oposição ao seu governo (Capelato 2009).

Assim, em 12 de junho de 1951 foi lançada a primeira edição da UH, publicação que procurou distinguir-se das outras não somente por seu apoio à Vargas, mas também por estruturar uma edição mais dinâmica, com as fotografias e caricaturas tendo a mesma importância que os textos escritos, além de notícias mais curtas e com assuntos intercalados, procurando criar uma estrutura mais compacta que atraísse um número maior de leitores, principalmente aqueles que não possuíam o hábito da leitura de jornais (Barros 1993: 63-71).

Entre a imprensa com maior número de tiragem, a UH ganhou cada vez mais força e passou, aos poucos, a se consolidar entre os periódicos de maior alcance na capital brasileira e em todo o país (Laurenza 1998: 52), criando sucursais e edições próprias em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Brasília (Carvalho 2012: 31-32). Em relação aos pontos estruturados pela publicação, sua cultura política fora baseada em uma pauta defendendo interesses nacionalistas, buscando o desenvolvimento do capitalismo pela intervenção do Estado, dando maior importância às demandas brasileiras perante os estrangeiros (embora não negasse a participação desses investimentos no país).

Não era contra o capital privado, mas defendia seu uso perante regulamentação do Estado (Carvalho 2012: 32). Além disso, também voltava sua atenção para as demandas dos trabalhadores, procurando abrir espaço para os interesses e a situação do chamado cidadão comum, aquele que não estava envolvido nem no domínio dos meios de produção nem diretamente com as instituições políticas, tirando seu sustento da venda de sua força de trabalho (Barros 1993: 63).

Embora com características próprias, a cultura política da publicação era bastante próxima de uma perspectiva mais ampla, uma cultura política trabalhista (Fidelis 2018: 29). Mesmo defensor do legado da ação de Vargas e do trabalhismo, o jornal sempre procurou demarcar sua independência em relação aos grupos que defendia, indicando que havia convergência de ideias, mas não submissão a outras.

Vários setores que também coadunavam da mesma cultura política tiveram espaço dentro da publicação, seja por citações, textos ou

entrevistas. Por exemplo, a partir de 1959, passou a ser publicada a coluna *Do Ponto de Vista Nacional*, com textos dos principais nomes ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e que discutiam, nessas colunas, aspectos ligados aos pontos defendidos pelo jornal.

A publicação também nunca perdeu de vista a questão internacional, chamando a atenção para vários aspectos que aconteciam em outros países. No contexto estudado, para além da ampla cobertura sobre Portugal, o assunto mais comentado era a Revolução Cubana, movimento iniciado em 1959 e que, durante o ano de 1961, adotou oficialmente o comunismo como forma de governo (Moniz Bandeira 2009).

Dentro dessas características, a publicação abordou o assalto ou sequestro do transatlântico Santa Maria, bem como seus desdobramentos relacionados às movimentações em outros locais, como em Angola.

O caso Santa Maria e a abordagem da UH

O sequestro do transatlântico ocorreu entre os dias 21 e 22 de Janeiro de 1961, após ampla discussão dentro da DRIL sobre qual navegação seria alvo da ação, uma vez que a nacionalidade da embarcação indicaria, também, a do chefe da operação. Tal organização, apontada como «Operação Dulcineia» (Piñeiro 2008: 36), foi contestada pela parte espanhola do grupo, uma vez que a parte portuguesa teria mudado o planejamento para benefício próprio (Sotomaior 2010: 45 e 46).

É importante indicar, assim, que havia uma motivação em comum entre os membros do grupo, mas que não havia coesão entre seus integrantes, uma vez que, pelos próprios relatos dos participantes e estudos sobre o caso, as divergências entre portugueses e espanhóis saltam aos olhos, indicando as intensas disputas (mesmo sendo de uma mesma causa política) (Paulo 2011: 8-10).

A primeira representação do caso na UH ocorreu na edição do dia 24, sendo que a ocorrência ganhou a manchete do jornal, cujo título era o seguinte: *Fragata Inglesa Persegue Navio Lusitano Amotinado*, com um texto interno explicando, ainda que vagamente, as motivações que levaram às ações dos militares nos navios portugueses (UH, *Belonaves Inglesas e Norte-Americanas Perseguem Navio Português Amotinado*, 24/01/1961).

Ao longo do ano de 1961, além dessa manchete, foram dedicadas mais 18, com 13 editoriais da publicação problematizando tanto o ato em

si quanto às outras ações de Salazar. Em linhas gerais, a UH abordou o caso em várias situações distintas, cobrando posicionamentos tanto de Jânio Quadros como de João Goulart em relação às ações do governo português, em especial as situações no território angolano (como possíveis desdobramentos do fato em destaque).

Em relação aos textos, na edição do dia 25, com a manchete *Galvão Conduz o "Santa Maria" à África para Invadir Angola!*, a UH aprofundou mais a abordagem, explicando melhor a situação e problematizando o caso, sempre com um viés favorável aos revoltosos e bastante crítico ao governo português, em especial à figura de Salazar (UH, *Galvão Conduz o "Santa Maria" à África para Invadir Angola*, 25/01/1961).

Após o terceiro dia seguido com manchetes sobre o caso (no dia 26, o título era: *"Santa Maria" Repele Ultimatum dos EE. UU.*), para além dos textos explicativos, teve o primeiro editorial dedicado ao caso, cujo título era *O "Couraçado Potemkim"*, fazendo uma comparação direta do navio Santa Maria com a fragata russa, além de problematizar a luta dos opositores contra a opressão ditatorial lusa (embora reconhecendo que o ato seria mais simbólico do que efetivo):

SANGRA mares Internacionais o "Santa Maria" levando hasteada no mastro a bandeira da revolução democrática portuguesa. Na ponte de comando, um bravo – o Capitão Henrique Galvão, experimentado combatente anti-salazarista que fugiu do cárcere para dinamizar a luta contra o ditador que oprime seu povo. Admitamos que tenha sido um gesto romântico, quase sem perspectivas de desenvolvimento objetivo imediato, mas, ainda assim, teríamos que render as homenagens devidas a êsse homem de coragem que só dirige os passos pelo caminho que lhe indica um extraordinário amor à pátria. Não é um aventureiro, um pirata ou um "gangster" guiado por ambição ou à caça de uma glória fácil (...) (UH, *O "Couraçado Potemkim"*, 26/01/1961).

No entanto, no mesmo texto, já no final, o editorialista da publicação, Paulo Silveira, indicou que não era prudente menosprezar a ação, tecendo a enfática comparação com a histórica sublevação da embarcação de 1905: «E aos que pensam que o episódio não tem importância, diremos apenas que a revolução russa que derrocou o czarismo, também começou com a sublevação dos tripulantes de um barco. Portugal tem, a partir de agora, o seu "Couraçado Potemkim"» (UH, *O "Couraçado Potemkim"*, 26/01/1961).

Na quinta capa seguida com manchete dedicada ao caso, no dia 27, a UH anunciava que a embarcação deveria seguir para a África e, em terras angolanas, formaria um governo anti-Salazar (UH, *Governo Português Anti-Salazar será Formado na África*, 27/01/1961). Ainda nessa mesma edição, novamente o editorial da publicação foi dedicado ao caso, com Silveira exaltando imensamente a figura de Henrique Galvão, apontado pela publicação, desde o início, como o grande líder do movimento:

A cada palavra vinda de bordo do “Santa Maria” cresce o vulto e impõe-se a autoridade do Capitão Henrique Galvão. “Não somos piratas e sim patriotas e adversários de toda e qualquer forma de governo totalitário”, reafirma o comandante revolucionário, como a querer – se ainda fôra necessário – arrancar a derradeira máscara afivelada por Salazar para confundir e ludibriar a opinião internacional. E pede somente que o mundo lhe reconheça a condição de beligerância – atitude perfeitamente cabível em face de se tratar de movimento político revolucionário que se desenvolve dentro dos estritos limites da soberania portuguesa (...) Que o “Santa Maria” siga a sua rota – tranqüilo e orgulhoso e certo de que está escrevendo uma página emocionante na história da libertação de Portugal. O povo brasileiro solidariza-se com o Capitão Henrique Galvão e seus combatentes. O que significa dizer que, nessa conjuntura, solidariza-se com o próprio povo português, oprimido por um governo de tiranos que, felizmente, começou a rolar pelo despenhadeiro (UH, *O Séquito do “Santa Maria”*, 27/01/1961).

Ainda nessa mesma edição, na coluna *Jornais e Problemas* (parte da publicação em que um tradicional jornalista comunista, Octávio Malta, analisava textos de outros jornais, comparando com a perspectiva da UH), as palavras bastante ácidas de seu redator não pouparam as publicações mais tradicionais do Brasil, sendo que várias estavam voltadas contra a ação dos opositores no Santa Maria, bem como coniventes com o regime salazarista (ainda que muitas delas tivessem colaboradores portugueses e oposicionistas ao regime). Além disso, se Silveira comparara a movimentação com a Revolução Russa, Malta também traçou paralelos dessa movimentação com a Revolução Cubana:

Melancólico é, diante desse episódio que empolga o mundo, a mesquinha com que se portam os amigos da caduca ditadura salazarista entre nós (...). A grande aventura do Capitão Galvão e os seus setenta parece destinada, tanto quanto a revolução de Fidel Castro, a quebrar tabus e normas estabelecidas. Fazer da captura de um transatlântico o ponto de partida para a derrubada de uma ditadura é como o desembarque de Fidel em Moncada: uma loucura, uma quixotada, que por isso mesmo se chamou "Operação Dulcinéia". Nenhum compêndio de revolução do século XX ensinaria tamanho absurdo. Mas eis que esse absurdo, essa loucura portuguesa acende as imaginações, inquieta o ditador, coloca o salazarismo no banco dos réus perante a opinião mundial... E quem sabe o que resultará? Talvez seja o rastilho da explosão que mande Salazar juntar-se a (...) outros ditadores depostos da mais recente safra (...) (UH, *Jornais e Problemas*, 27/01/1961).

No sexto dia seguido de manchetes dedicadas ao caso, a UH deu ênfase ao contato entre os rebelados na fragata portuguesa e o navio estadunidense que o interpelou, indicando que esses estariam dando cobertura à Galvão contra ordens de Salazar (UH, *Galvão Aceita Escolta da Esquadra Ianque*, 28/01/1961). Nessa edição, pelo terceiro dia seguido, o editorial foi dedicado ao caso, embora dessa vez intercalando com a situação política brasileira, uma vez que o texto foi uma reação a um texto de Armando Falcão, deputado federal e um dos grandes desafetos do jornal, pois ele fora um dos nomes mais ferozes de oposição ao governo Vargas.

Falcão criticara não Galvão, mas sim Humberto Delgado, que manifestara-se à favor de toda a movimentação relacionada ao Santa Maria. Em defesa do político luso criticado, Silveira projetou forte ataque ao deputado brasileiro, bem como aos grupos que não reconheciam a oposição portuguesa e apoiavam Salazar (UH, *Asilado Não*, 28/01/1961).

Na edição seguinte (a sexta seguida com manchete dedicada ao caso), na primeira edição a publicação indica que o Santa Maria está próximo de Recife e que o país não extraditaria Galvão, sendo que a embarcação deveria atracar no Brasil e não mais caminhar para a África (UH, *Brasil Não Entregará Galvão*, 30/01/1961). Nessa mesma edição há a publicação de um telegrama que teria sido mandado por Galvão para a UH:

Galvão Saúda o Brasil Através de “Ultima Hora”

O Capitão Henrique Galvão enviou o seguinte radiograma a ULTIMA HORA:

“Avalancha telegramas todo mundo materialmente impossível realizar meu desejo maior contato imprensa brasileira. Peço me desculpar perante ela. General Delgado tem todos elementos informação. Não há brasileiros navio. Saúdo povo brasileiro toda colônia portuguesa cuja dignidade humana está isenta de sentimentos opressão conduzidos no Brasil pela batuta do malabarista Rucheta”

O telegrama é o de numero cinco, enviado de bordo do “Santa Maria” e foi expedido às 17 horas de sábado, sendo dirigido ao diretor de UH

Imagem 1 – publicação do telegrama enviado por Galvão à UH, publicado no dia 30/01/1961.

No entanto, na segunda edição, uma nova informação foi acrescentada, com nova manchete: *Salazar Pede para Brasil: “Prender Galvão!”*, indicando que, oficialmente, o governo português pedira a prisão de Galvão caso ele pisasse em solo brasileiro. Jânio Quadros, que tomaria posse no dia seguinte como presidente do Brasil, teria dito que era amigo de Galvão (ambos se encontraram em viagem que o então candidato fizera a Europa) e que jamais entregaria a embarcação e o próprio militar ao governo português (UH, *Jânio: “De Modo Algum Entregarei o Navio”*, 30/01/1961). Esse encontro, datado em abril de 1960 em Caracas (Antunes 1991) teria sido um dos responsáveis pela estratégia de passar pelo Brasil, uma vez que os principais líderes do ato contavam com a mediação do futuro presidente caso precisassem (Antunes 1991).

Ainda nessa edição, foi publicada uma extensa entrevista com Humberto Delgado, que estava no Rio de Janeiro hospedado na casa de Álvaro Lins, escritor e diplomata que fora ministro da Casa Civil e embaixador em Portugal entre 1956 e 1959, tendo sido o principal articulador da vinda de Delgado para o Brasil e, por não concordar com a convivência e boa convivência de Juscelino Kubitschek (então presidente) com o governo português, acabou voltando-se contra JK (como era conhecido o mandatário nacional brasileiro), que até então era seu amigo (Rampinelli 2009: 278-287). Nessa entrevista, entre outras coisas, Delgado exaltou Galvão (malgrado as diferenças entre eles, advindas desde as

primeiras movimentações em Portugal contra o Estado Novo) e ressaltou a importância dos espanhóis e que a luta dos tripulantes a bordo do navio era conjunta, sendo que Franco também era alvo. Pela primeira vez, a UH dava ênfase de que a luta não era só para criticar o governo autoritário lusitano, mas também da ditadura franquista no outro país ibérico (UH, Delgado a “UH”: “Espanhóis ao Lado do Capitão Galvão Para Derrubar as Ditaduras Ibéricas”, 30/01/1961).

Por fim, há um telegrama de Delgado endereçado a Galvão, contendo outro texto do próprio Álvaro Lins, sobre o possível atracamento do Santa Maria no Brasil, bem como à própria condição do militar português no país após seu desembarque:

«Capitão Henrique Galvão (...) Embora obviamente a decisão pertença a V. Exa., com todos os elementos para isto, conforme seu pedido contido no radiograma do dia 28, estudei o assunto da entrada do “Santa Maria” num porto do Norte do Brasil. Dada a minha condição de Chefe de Estado no exílio, portanto estrangeiro, sem o direito de opinar a respeito do Governo brasileiro, solicitei ao nosso Embaixador Álvaro Lins o favor de estudar o caso sob tal aspecto. Transcrevo sua mensagem:

“Saudando o caro amigo e ilustre comandante, e no conhecimento de suas mensagens trocadas com o General Delgado, minha opinião seria, como sabe, desembarcar os passageiros em alto mar ou na ilha Ascensão, ou seguir com eles a sua rota para destino que sei ser secreto. Bem compreendo, porém, as razões de sua aparente decisão de operar o desembarque na parte Norte do Brasil. Salvo hipótese de uma diligência decisiva de alguma potência estrangeira, o que desconheço, em meu parecer o atual Governo não merece confiança neste sentido, por sua notória identificação com o Governo português. Por isso sugiro, se ainda possível, permaneça em águas internacionais até 12 horas do dia 31, momento da posse do novo Presidente. A partir daí, V. Exa. decidiria aportar ou não ao Brasil, segundo as circunstâncias e suas conveniências de comandante militar de bordo. Embora colocado exclusivamente no terreno das idéias e dos princípios, portanto não imiscuído nem participante da situação do novo governo, julgo que devemos começar confiando, neste caso, no futuro Presidente, em face de seus compromissos públicos inofensáveis contra as ditaduras, tendo declarado como candidato no comício de Belo Horizonte que seu governo não teria complacência com

elas, ocasião em que citou nominalmente a de Salazar. Não só por carta que V. Exa., me enviou na ocasião, mas também pelo testemunho direto de dois ilustres brasileiros, conheço o teor das declarações e promessas feitas a V. Exa., em Caracas, pelo Presidente Jânio Quadros, quando de seu regresso de Cuba. Em quaisquer circunstâncias, porém, conte com a minha solidariedade a seu gesto de insurreição, por se tratar de legítimo ato de beligerância, realizado em nome do General Humberto Delgado, em sua qualidade de chefe de Estado eleito em Portugal, conforme maioria do povo português e consenso dos observadores estrangeiros e da opinião pública internacional. Ofereço essa opinião como um brasileiro amigo da oposição portuguesa, embora sem imiscuir-me, naturalmente, em assuntos a serem decididos exclusivamente entre portugueses. Saudações afetuosas – Álvaro Lins”.

Estas claras palavras de quem consideramos nosso permanente Embaixador do Brasil em Portugal habilitam V. Exa. a tomar uma decisão, como sempre adequada, que tenho a honra de cobrir com a minha responsabilidade. Pró Pátria, pró Liberdade. – General Humberto Delgado» (UH, Delgado a “UH”: “Espanhóis ao Lado do Capitão Galvão Para Derrubar as Ditaduras Ibéricas”, 30/01/1961).

As palavras acima explicitam a difícil situação das relações internacionais entre Brasil e Portugal no período, uma vez que, embora o país sul-americano fosse uma democracia e abrigasse os exilados políticos ibéricos, todos os governos até então demonstravam simpatia e, se não apoiavam explicitamente Salazar e Franco, eram coniventes em relação aos seus atos, sempre se posicionando de maneira favorável ou neutra em ações desses grupos ditatoriais (Cervo; Magalhães 2000: 286).

Na edição do dia da posse de Jânio (31 de janeiro) a manchete da UH foi dedicada ao novo mandatário brasileiro, mas o assunto Santa Maria não foi esquecido, embora nenhuma novidade fora trazida na publicação (o navio continuava próximo da costa brasileira, além da pressão de Salazar pela prisão e deportação de Galvão e dos outros portugueses envolvidos). No entanto, no dia seguinte o assunto voltou a ser manchete (eclipsando os primeiros movimentos de Jânio enquanto presidente), uma vez que o Santa Maria estaria esperando o momento ideal para atracar no Recife e, como especificado na manchete, «“Afundaremos o “Santa Maria” Se Jânio Nos Falhar”, Brada Galvão às Portas do Recife!».

Nessa mesma edição foi publicada uma entrevista, dada a bordo do navio por Galvão para dois repórteres da UH (Iram Frejat e Antônio Mello), na qual ele esclarecia vários pontos e, de certa forma, confirmava boa parte das questões levantadas pela UH nessa última semana. Também, pela primeira vez, a publicação noticiou claramente que havia espanhóis entre os militares amotinados, com um comandante próprio:

Embora os oficiais rebeldes tenham negado, podemos adiantar, com absoluta segurança, que parte dos 70 comandados de Henrique Galvão são de nacionalidade espanhola, a começar pelo próprio comandante da belonave, que se chama Jorge Fernandez Soutomaior. Essa informação nós a colhemos entre os passageiros (...) Tudo indica que os revoltosos do “Santa Liberdade” têm raízes mais profundas do que se imagina e objetivos mais amplos, que se relacionam, até, com a Espanha. O carimbo que encontramos a bordo do “Santa Liberdade” tem os seguintes dizeres:

D.R.I.L. – Diretório Revolucionário Ibérico de Liberación – Libertad y Justicia o Muerte (...) (UH, “*Afundaremos o “Santa Maria” Se Jânio Nos Falhar*”, *Brada Galvão às Portas do Recife!*, 01/02/1961).

No entanto, o clima de alarme colocado pela UH se esvaiu nos dias seguintes, uma vez que o atracamento do navio foi autorizado e, em 2 de fevereiro, o Santa Maria (ou Santa Liberdade⁽¹⁾) estava oficialmente no Brasil, sem prisões dos então amotinados (Paulo 2011: 68-69). Após negociações entre os governos, ficou acordado que os nomes envolvidos no caso não seriam punidos, mas o navio retornaria a Portugal.

Na edição do dia 2 de fevereiro, a UH colocou como manchete o encontro de Galvão e Delgado no navio, indicando um contato que já não acontecia, pessoalmente, há mais de um ano (UH, *Delgado Junta-se a Galvão a Bordo do “Santa Maria”*, 02/02/1961) e, no dia seguinte, deu grande ênfase ao acordo, indicando que Galvão ficaria no Brasil como asilado político e com um texto extremamente laudatório, colocando-o como «jovem rebelde» e «ancião romântico» (UH, *Galvão: Destino do “Jovem Rebelde” de 65 anos Empolga o Mundo Inteiro*, 03/02/1961).

A partir dessa data, a cobertura do caso oscilou entre os passos de Galvão no Brasil e as reações de Salazar ao caso. Na coluna de Octávio

(1) A embarcação passou a ser chamada dessa forma pelos membros da DRIL após seu sequestro.

Malta, esse enfatizou o impacto da ação e o que significava o retorno do navio a Lisboa (que teria sido uma exigência inegociável do ditador português): «A sua volta a Lisboa, não fortalece, nem sara as feridas abertas na carne do velho ditador. Ao contrário, será, doravante, um barco que recordará, sempre, a bela façanha revolucionária!» (UH, Jornais e Problemas, 04/02/1961).

No dia seguinte, a manchete destacava que havia policiais infiltrados no Brasil para assassinar Galvão (o assunto já havia sido abordado alguns dias antes, mas apenas como suspeitas – assim como era o tom da reportagem que estampava o tópico principal da publicação), sendo grande a preocupação com a Polícia Secreta de Salazar (PIDE), uma vez que havia um aparato organizado pela polícia de São Paulo, a mando do governador Ademar de Barros (conservador e bastante próximo dos meios políticos salazaristas) para vigiar, de perto, os opositoristas do regime português instalados no estado paulista (Paulo 2000).

Ainda na edição do dia 06, a UH dedicou mais um editorial ao caso, novamente com imensas loas à Galvão e críticas bastante pesadas a Salazar, reafirmando a visão do jornal sobre o caso e, em geral, sobre a situação política portuguesa:

Foi apenas um episódio da longa, difícil e dramática luta que os patriotas portugueses sustentam contra um governo tirano. Não importa, por agora, pesar os resultados colhidos desta façanha, que comoveu a opinião pública de todo o mundo e a uniu em gesto de aplauso ao bravo capitão. Restou de tudo o símbolo transcendental da Liberdade – Santa Liberdade, grito, impulso, valor, dignidade e ousadia, expressão que ficará na crônica do “Santa Maria” para que as gerações futuras saibam que, um dia, naquele barco, um punhado de homens escreveu uma das mais emocionantes páginas da história de Portugal, sob o impulso do anseio de libertação (UH, *Santa Liberdade!*, 06/02/1961).

O caso angolano e os desdobramentos da ação do “Santa Maria”

Nessa mesma data, na manchete da segunda edição, o jornal chamou a atenção para as agitações em Angola, sendo que alguns grupos começaram a se movimentar, na perspectiva da UH, influenciados pelos acontecimentos relacionados ao caso do navio, publicando que «“Santa

Liberdade” Incendiou a África Contra Salazar» (UH, *Depois de Galvão, Angola: 16 Mortos*, 06/02/1961).

A partir do dia 07, a cobertura da UH em relação ao caso foi diminuindo, com um enfoque maior nos problemas que se agravaram em Angola. Na capa do dia 7, com a manchete *Oposição Pedre Renúncia de Salazar e Formação de Governo Democrático*, dando destaque a um texto da agência *France Press* (FP) sobre a mobilização da oposição portuguesa em Lisboa, utilizando o fator Santa Maria para negociar um possível fim do regime (UH, *Oposição Exige Renúncia de Salazar*, 07/02/1961).

No dia seguinte, em entrevista ainda em Recife, Galvão indicou que a luta continuaria e que ele e Delgado liderariam a revolução em Portugal, a partir de São Paulo (cidade onde residia Delgado) e que a ação do Santa Maria faria parte de um processo mais amplo, visando a derrubada do regime em Portugal (UH, *Galvão e Delgado Vão Comandar, de São Paulo, a Revolução Portuguesa*, 08/02/1961).

A partir da edição do dia 16 de fevereiro, foi publicado o diário mantido por Sotomayor, durante sua estadia no Santa Maria, nas páginas da UH. Editado diariamente, até dia 23, as impressões foram transformadas em artigos, explicando desde a origem da DRIL até as movimentações finais no navio e os planos futuros, tendo como objetivo final o fim dos regimes autoritários da Península Ibérica:

A solidariedade do mundo com a nossa luta e a arma invencível, a arma da vitória sobre esses regimes autores de escravidão, miséria e guerra. A operação Santa Liberdade abriu imensas possibilidades de união para todos os combatentes anti-fascistas. Que a diversidade ideológica não seja um obstáculo! Os ditadores terão os dias contados (UH, *Rebeldes no Mar: “Nossos Canhões São a Força da Opinião Mundial”*, 22/02/1961).

Em relação à política brasileira, uma das primeiras medidas propostas por Jânio Quadros, já problematizada antes da posse, foi a chamada Política Externa Independente (PEI). Tendo o chanceler Afonso Arinos à frente, a perspectiva de Jânio era resgatar contatos comerciais com países do bloco socialista, restabelecendo contato com nações que não possuíam relação ativa com o Brasil por conta da Guerra Fria, como por exemplo, a União Soviética (Chaia 1992).

Essa ação era uma das formas que o então presidente encontrara para tentar sanar a situação financeira, uma vez que a economia brasileira estava fragilizada devido a algumas ações do governo anterior, como a

construção da nova capital nacional, Brasília (Benevides 1976). Durante a estruturação da PEI, a UH passou a cobrar de Jânio uma postura de combate a Salazar e às ditaduras em geral, uma vez que ele havia sinalizado para tal em sua campanha, na contramão do presidente anterior, que mantivera boas relações com o governo de Salazar (Gonçalves 2003).

A UH passou vários dias sem noticiar nada relacionado aos exilados no Brasil e ao caso do Santa Maria, publicando uma pequena nota, no dia 10, com declarações do governo de que os exilados não corriam perigo de prisão ou de serem deportados (UH, *Brasil Oferece Garantias aos Asilados Portugueses*, 10/03/1961). O caso só voltou a ser notícia no dia 25, quando o jornal publicou uma nota da FP, indicando que o governo português iria pedir a extradição de Galvão e Delgado (UH, *Será Pedida Extradicação de Galvão e Delgado*, 25/03/1961). O primeiro, na edição seguinte, respondeu de maneira bastante incisiva ao possível pedido:

«O anúncio de que a ditadura salazarista, sob a alegação de que sou criminoso comum, vai pedir minha extradição ao Governo brasileiro, faz parte de uma série de idiotices (...) Quanto à minha extradição, não creio que o pedido venha a ser formulado. É mais uma manobra destinada a enganar a parte mais mal informada do povo português» (UH, *Galvão Sobre a Sua Extradicação: "Mais Uma Idiotice de Salazar"*, 27/03/1961).

Na edição do dia 28, a UH noticiou que Jânio, em conversa com o embaixador português no Brasil, teria reafirmado que o Brasil não extraditaria ninguém e votaria, na ONU, contra o governo português em relação ao caso de Angola (UH, *Brasil Não Dará Galvão e Votará por Angola*, 28/03/1961). Em relação a esse último caso, no dia 15 de março, houve um ataque da *União das Populações de Angola* (UPA) no norte do país, deixando quase 5000 mortos e consolidando, de fato, as lutas pela independência do país africano em relação a Portugal, que já haviam começado em fevereiro (Capoco 2013).

A UH noticiou o caso pela primeira vez na edição do dia 18 (UH, *Levante Contra Ditadura Salazarista: Angola*, 18/03/1961) e, nas edições seguintes, deu destaque para a reação do governo português contra o levante dedicando, inclusive, a manchete da segunda edição do dia 20, intitulada *Morticínio em Angola: Salazar Lança Tropas Para Esmagar Revolta*. Na edição do dia 23, UH noticiou que a ONU provavelmente julgaria Salazar pela situação no país africano (UH, *ONU: Situação de Angola (Hoje)*

em *Debate*, 23/03/1961) e, no dia seguinte, dedicou o editorial ao caso, indicando que o diplomata português Manuel Anselmo teria publicado uma carta nos principais jornais portugueses insultando Jânio Quadros, por conta da PEI e da postura brasileira em apoiar as independências dos países africanos (mesmo o jornal não apoiando o atual presidente, defendeu-o nesse caso, uma vez que, nesse assunto, suas posições eram, em tese, convergentes):

De forma que, o que poderia ser visto, apenas, como desabafo de um ignorante ou despeitado, passa a ser algo mais sério, pois cheira a documento oficial. Se se partir do princípio de que, em Portugal, nenhum jornal ou revista pertencentes a organizações privadas podem sair a público sem o prévio “visto” de censura, há de compreender-se que uma publicação editada por um órgão público reflete sempre o ponto-de-vista governamental sobre os temas que discute ou explora (...) um protesto enérgico deve ser encaminhado pelo Itamarati ao Governo português, ao menos para que Lisboa entenda que, para nós, já terminou aquela prolongado e idiota “romance” com Salazar, que nos fazia, tantas vezes, assumir posições vergonhosas nas Nações Unidas para defender a política colonialista portuguesa em Angola, Moçambique ou Goa (UH, *Itamarati Deve Repelir o Insulto*, 24/03/1961).

As referências, no fim da citação, são relacionadas à grande proximidade entre JK e o governo português, sendo que o Brasil defendeu na ONU, em momentos distintos, as ações coloniais portuguesas, legitimando o domínio lusitano sobre suas colônias em África e Ásia (Rampinelli 2009). Dentro dessa perspectiva, a conversa de Jânio com o embaixador português, noticiada no dia 28, daria o tom de uma nova orientação brasileira em relação ao trato com Portugal.

No entanto, isso não aconteceu. Na plenária em relação ao caso português, o Brasil não apoiou Angola e se absteve no voto. Logo na edição do dia 30, em editorial, a UH demonstrou sua indignação com o fato, procurando entender o porquê da contradição entre o discurso e a ação do governo, no tocante ao caso português:

Não entendemos como poderá o Sr. Jânio Quadros manter uma política exterior do sentido anticolonialista e, com relação a Portugal, mudar de posição para ajudar este país a manter seu domínio sobre nações africanas. Houve, evidentemente, um recuo de parte do Governo

brasileiro, que ainda há poucos dias, através de manifestações do presidente da República e do ministro do Exterior, tomava posição clara a respeito de Angola, não só votando, na ONU, no sentido de que a questão fôsse submetida à discussão da Assembléia, senão também adiantando o modo como agiria na hora em que as Nações Unidas entrassem no mérito do problema (...) vergonhosa cumplicidade com o terrorismo homicida que Salazar desfechou na colônia, na inútil esperança de salvar seu império. Cumplicidade pela qual o Governo Jânio Quadros terá de pagar caro, desprestigiando-se perante a opinião internacional, que lhe tem sido tão favorável, e perdendo a confiança dos povos afro-asiáticos (...). (UH, *Marcha à Ré no Caso de Angola*, 30/03/1961).

Em editorial da edição do dia seguinte, a UH voltou a tocar no caso, novamente criticando veementemente o governo brasileiro pela atitude (UH, *Tratado Sem Validade Força Jânio a Recuar*, 31/03/1961). Na edição do dia 01 de abril, dedicou sua manchete a uma denúncia horrenda contra Salazar (UH, *Salazar Vende Escravos Para Minas de Ouro*, 01/04/1961) e também mais um editorial (o terceiro seguido) à situação, mais uma vez ressaltando a nocividade do ato político na ONU, questionando se Jânio acreditava na visão de Salazar dos fatos, de que o ocorrido era um «simples movimento de minorias manipuladas pelo comunismo internacional» ou se tinha a visão real dos fatos (na visão do jornal), de que «o que há em Angola é a explosão revolucionária de um povo há tantos séculos escravizado e que sente, afinal, mais próxima a hora de sua independência (...)» (UH, *Por Amor a Salazar*, 01/04/1961).

Nos dias seguintes a UH não abordou mais diretamente o caso, bem como as reminiscências do caso do Santa Maria (embora não deixou os assuntos em branco completamente), voltando a dar destaque entre as edições do dia 18 a 22 de abril aos ataques das tropas legalistas, demonstrando o sofrimento de civis como consequência da disputa, que não dava ares de arrefecimento.

Na edição do dia 27 de abril, a publicação carioca trouxe mais uma entrevista com Galvão, sendo que o português destacou várias monstruosidades que seriam praticadas pelo governo português (como o trabalho forçado, dirigido apenas para os negros e pobres do local) e, em linhas gerais, indicou que, pelo baixo índice de escolaridade e de «esclarecimento» do povo angolano, a independência total ainda não

seria o caminho a ser trilhado para o país, evidenciando um aspecto fundamental em seu pensamento, que era a manutenção das colónias sob domínio português (Vargas 2016: 26):

A solução da oposição democrática portuguesa seria a seguinte: Angola obteria autonomia. Seríamos uma federação como o Brasil ou os Estados Unidos. Os elementos válidos para integrar o governo seriam imediatamente aproveitados como integrantes do governo, enquanto outros iriam sendo educados para tal e imediatamente integrados na administração. Proclamaríamos, enquanto isso, nosso apoio à autodeterminação dos povos (UH, *Galvão Desmente Salazar: Regime em Angola é Pior que Escravidão*, 27/04/1961).

Em editorial do dia 29 de abril, a UH ratificou alguns pontos defendidos por Galvão, embora tenha criticado sua postura por não apoiar a independência plena de Angola, aspecto defendido desde o início pela publicação (UH, *Pela Independência Imediata de Angola*, 27/04/1961). E a postura do militar português levaria também à ruptura de grande parte dos membros do grupo que tomou de assalto o Santa Maria e que estavam no Brasil, em um comunicado publicado pela UH e assinado em nome da DRIL, indicando que Galvão traía o movimento e que não era mais digno de ser uma liderança da oposição portuguesa:

«Denunciamos o Capitão Galvão como colonialista e inimigo da liberdade dos povos de Angola. Denunciamos sua traição aos interesses dos povos de Angola. Denunciamos sua traição aos interesses do povo português, já que está tentando vincular-se às manobras do General Delgado – que não é revolucionário e nunca pertenceu à direção do DRIL – a fim de levar Portugal ao salazarismo, sem Salazar» (UH, *Rebeldes do “Santa Maria”: “Galvão Traiu a Revolução”*, 22/05/1961).

Tal fratura trouxe à tona, novamente, a imensa fragmentação da oposição contra os governos ditatoriais ibéricos, uma vez que, por ideais e posturas distintas, as rupturas já ocorriam desde os anos 1940 e, embora em algumas ocasiões esses grupos realizassem ações em conjunto (em prol de um bem comum), as fissuras entre eles sempre ficavam à mostra e, como exposto nesse caso, indicava uma possibilidade muito pequena de aproximação concreta entre eles (Paulo 2011).

Conclusão

Essa diferença de visão (e o ataque posterior) não mudou, substancialmente, a cobertura da UH, que continuou estruturando Galvão como o grande protagonista do movimento contrário a Salazar, ao mesmo tempo em que manteve irreduzível sua opinião sobre a independência angolana. Assim, toda a cobertura da publicação, até o fim de 1961, sobre possíveis ações relacionadas à política portuguesa, sempre estiveram centradas nas ações de seu grande protagonista.

Em outubro, a publicação carioca deu amplo destaque à ida de Galvão para Portugal, com a perspectiva de iniciar o golpe derradeiro contra a ditadura lusitana (UH, *Galvão em Portugal: Tudo Pronto para a Revolução!*, 02/10/1961). Após algumas notícias esparsas sobre o assunto, o português voltou a ser destaque na edição do dia 11 de novembro, com a manchete dedicada ao sequestro do avião “Super-Constellatioin”, da TAP, sendo que a ação foi rápida, uma vez que o objetivo foi jogar inúmeros panfletos por Lisboa e algumas outras cidades, criticando vivamente Salazar e pregando boicote ao processo eleitoral que ocorreria (UH, *Lisboa: Adeptos de Galvão Seqüestram Avião em Vôo*, 11/11/1961).

Galvão não esteve a bordo, mas foi um dos mentores, estando na África e se juntando às seis pessoas que participaram do processo quando o avião desembarcou em Tanger (Vargas 2018: 16). A UH enfatizou a pressão do governo português para extraditar Galvão que, após a ação de Álvaro Lins e outros nomes, conseguiu obter o asilo político no Brasil, fixando-se em Belo Horizonte (UH, *Jango Concedeu Asilo a Galvão*, 24/11/1961).

Ainda em relação ao caso na imprensa em geral, é necessário destacar o amplo destaque que o caso teve no mundo, sendo que em Portugal, mesmo com toda a imprensa controlada pelo governo, ainda assim o caso teve grande espaço, uma vez que a repercussão não poderia ser ignorada pelos jornais portugueses, que procuraram reduzir o caso a um simples «acto de pirataria», procurando esvaziar todo o conteúdo político que perpassara pelo sequestro do navio, bem como seus desdobramentos (Paulo 2011).

No caso brasileiro, além da já citada cobertura dos grandes jornais da imprensa na mesma linha editorial das principais edições portuguesas, é importante citar a imprensa portuguesa no Brasil, que em linhas gerais seguiu posicionamento parecido com a da UH, destacando a luta política que se travava por trás do acontecimento em si:

A aventura do Santa Maria apaixonou o mundo. Mas, independentemente de outras considerações, serviu para que o mundo tomasse consciência, mais uma vez, da existência de uma ditadura nefasta, desavergonhada e assassina, que é uma nódoa na civilização contemporânea [...] O episódio do Santa Maria foi, simbolicamente, a guerra civil que não queremos, para derrubar Salazar e a sua camarinha. Mas pôs o mundo perante um dever inadiável de honra e de decência: o isolamento desse bando oligárquico cujos tentáculos se entendem pelo mundo inteiro [...] (Portugal Democrático, «Portugal em Liberdade», São Paulo, Fevereiro de 1961).

No tocante à UH, em linhas gerais, a publicação carioca manteve o padrão de sua cobertura durante todo o ano, defendendo o fim do Estado Novo em Portugal, bem como a libertação das colónias do império português, colocando Henrique Galvão como o grande líder do movimento que visava o desmantelamento da estrutura autoritária no país lusitano, além de enfatizar a tomada da embarcação Santa Maria como o marco principal de todo esse processo.

Tal visão explicita bem o ideário da cultura política trabalhista, que chegaria ao poder meses depois com João Goulart e que seria firmemente combatida pelos grupos conservadores da política brasileira, cujo clima de radicalização culminaria em um golpe de Estado em 1964, apoiado pelo governo português.

Bibliografia

- Antunes, José Freire (1991). *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Barros, Theodoro de (1993). “Imprensa era dominada por um grupo familiar até 1950”, in Anderson Campos (org.), *Nos tempos de Wainer: a Última Hora de Samuel*. Rio de Janeiro: ABI-Copim.
- Benevides, Maria Victória (1976). *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Capelato, Maria Helena Rolim (2009). *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp.
- Capoco, Zeferino (2013). *O nacionalismo e o estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*. Dissertação de Doutorado

- em Ciência Política e Relações Internacionais – Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos.
- Carvalho, Aloysio Carvalho (2012). *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas*. Niterói: Editora Nitpress, Ediotra da UFF.
- Cervo, Amado; Magalhães, José Calvet (2000). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: UnB.
- Chaia, Vera Lúcia (1992). *A liderança política de Jânio Quadros (1947 – 1990)*. Ibitinga: Humanidades.
- D’Araújo, Maria Celina (1992). *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2 ed.. São Paulo: Ática.
- Fidelis, Thiago (2018). *Preto no Branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).
- Gonçalves, Williams da Silva (2003). *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Jornal Última Hora. Edições de 1951 a 1961.
- Laurenza, Ana (1998). *Lacerda x Wainer – O corvo e o bessarabiano*. 2º ed.. São Paulo: SENAC.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (2009). *De Martí a Fidel: A revolução Cubana e a América Latina*. 2º ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rampinelli, Waldir José (2009). “A política internacional de JK e suas relações perigosas com o Colonialismo português”, *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 15, n. 20, 275-289.
- Paulo, Heloisa (2000). «*Aqui é Portugal*»: a Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto.
- «-» (2007). “O jornalismo como alternativa. Os exilados e a sua colaboração nos jornais brasileiros”, *Estudos do Século XX* n.º 7. Coimbra, Imprensa da Universidade/ Ceis 20.
- «-» (2009). “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antisalazarista”, in *Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities*”. *Portuguese Studies Review*, Trent University, Peterborough, Ontario, Vol. 14, No. 2.
- «-» (2011). “1961: o Assalto do Santa Maria e o Desmorronar do Regime Salazarista em Portugal”, *História Revista*, 16(1), 53-80.
- «-» (2012). “Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política”, in Ângela Castro Gomes; Alda Mourão (org.), *A experiência da Primeira*

- República no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- « – » (2013). “O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta”, *Cadernos do CERU* (<http://revistas.usp.br/ceru/issue/current>).
- « – » (2015). “O Brasil como plataforma para a luta contra Salazar (1959-1964)”, in Maria Fernanda Rolo; Yvette Santos (ed.), *Ecos das Migrações*. Coimbra: Almedina.
- « – » (2017). “Esperando a Hora da Festa: resistência e ação política no exílio (1940-1947)”, in Maria Luiza Tucci Carneiro (ed.), *Tempos de Guerra e de Paz*. São Paulo: Humanitas.
- « – » (2017). *Migrações e exílios: identidades e nacionalismo*, *Revista Portuguesa de História*, 48, 1, 85–98.
- « – » (2017). “O problema da emigração e do exílio em Portugal: imagens e análises (1910-1974)”, *Revista Teoria da História* 17, 1. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 147–161.
- Piñeiro, Antonio (2008). *Xosé Velo Mosquera, poeta e soñador, político e pensador, revolucionario e mestre*. Vigo: Ir Indo Edicións.
- Soutomaior, Jorge (2010). *Eu roubei o Santa Maria*. Lisboa: Labirinto das Letras.
- Vargas, André Luiz dos Santos (2016). “O posicionamento político de Henrique Galvão exilado no Brasil (1961-1965)”, *Revista Mosaico*, v.9, n. 1, 24-34.
- « – » (2018). *Henrique Galvão: um colonialista anti-salazarista do Estado Novo (1929-1949)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH).
- Wainer, Samuel (1988). *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record.

